

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.263 - PE (2019/0302272-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA ROSSITER - PE028051
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : LUCAS CARLOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar interposto por LUCAS CARLOS DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (HC n. 0003442-62.2019.8.17.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado tentado.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem sob a alegação de excesso de prazo, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 10):

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO EM SUA FORMA TENTADA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUIZ SINGULAR. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.

I - Não há constrangimento ilegal a ser sanado por excesso de prazo, tendo em vista que o feito originário encontra-se com audiência de instrução e julgamento em continuidade designada para o próximo dia 17/09/2019, às 11:50 horas, não se verificando, desídia da autoridade apontada coatora, que imprime andamento regular ao feito na medida de suas possibilidades.

II - Condições pessoais favoráveis não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os seus fundamentos, os quais não foram rechaçados (Súmula 86, TJPE).

III - Ordem denegada, com recomendação. Decisão unânime.

No presente recurso, sustenta a defesa a existência de excesso de prazo na formação da culpa, pois, a despeito de o paciente estar preso desde 6/10/2017, até os dias atuais a primeira fase do procedimento escalonado do júri não se encerrou, asseverando que a delonga relatada não foi ocasionada pela defesa e que "a última

Superior Tribunal de Justiça

audiência, que era para ter ocorrido no dia 19 de setembro do ano em curso, não se realizou porque a secretaria do juízo de 1º grau não cumpriu as diligências necessárias para a realização do ato, além do não comparecimento da vítima mais uma vez, sendo a audiência redesignada para apenas dia 03 de março de 2020. Deve-se inclusive destacar que não se realizou qualquer audiência de instrução, uma vez que todos os atos são remarcados em decorrência da não apresentação dos réus ou do não comparecimento da vítima" (e-STJ fls. 4/5).

Busca, inclusive liminarmente, seja relaxada a custódia cautelar do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, pois, como é cediço, a aferição de constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma análise do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, providência que não se coaduna com o juízo perfunctório próprio do pedido emergencial.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, devendo este último se manifestar acerca do alegado excesso de prazo para a formação da culpa, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais

Superior Tribunal de Justiça

constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

